



## JUVENTUDE EM LUTA: A EXPERIÊNCIA DE SER E CONSTRUIR UM GRUPO DE AGROECOLOGIA

Youth in struggle: The experience of being and build an agroecological group

Sanches, F. M.<sup>1,5</sup>; Escosteguy, I. L.<sup>2,6</sup>; Gonzales, H.<sup>1,7</sup>; Ferreira, C. M.<sup>1,8</sup>; Santin, F. G. T.<sup>1,9</sup>; Garrido, A. S. C.<sup>1,3,10</sup>; Bertoni, B. D. A.<sup>1,11</sup>; Pioner, N. C.<sup>1,12</sup>; Ferreira, A.<sup>1,13</sup>; Paz, L. F.<sup>1,14</sup>; Del-Pino, B. S.<sup>1,15</sup>; Bock, B. C. B.<sup>4,16</sup>; Cavalheiro, C. B. D.<sup>1,17</sup> e Gioanoti, M. C.<sup>1,18</sup>.

### RESUMO

O processo de sistematização das experiências do Grupo de Agroecologia da Universidade Federal de Pelotas (GAE-UFPEL) permitiu reconstruir nossa história, identificando, e analisando nossas ações. Com auxílio do Caderno de Apoio da Oficina de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia, pudemos aproximar os atores envolvidos nas atividades do GAE, em diálogos direcionados à construção da memória coletiva, fruto de nossa própria experiência. Nesta narrativa, resgatamos as experiências dos últimos três anos, quando foram realizados diversos mutirões agroecológicos em propriedades de famílias agricultoras, formações políticas, grupos de estudos e trabalho, discussões sobre gênero, além de práticas de manejo em sistemas agroflorestais. Ao longo de nossa história, aprendemos a trabalhar com a educação popular e a buscar a coerência de nossas ações, dialogando e construindo com a comunidade. Com isso, contribuimos para potencializar a agroecologia dentro e fora da universidade.

**Palavras-chave:** Autogestão, Coletividade, Metodologia Participativa, Gênero.

### ABSTRACT

The process of systematization of the experiences of the Agroecology Group of the Federal University of Pelotas (GAE-UFPEL), allowed rebuilding our history, identifying and analysing our actions. Guided by the Supporting Notebook of the Workshop on Systematization of Agroecology Centers Experiences, more people were able to participate in this process of dialogues directed to build our collective memory, product of our own experience. In the present narrative, we rescued the experience, of the last three years, when we worked together in family farmer's properties, organized discussion groups about gender and managed agroforestry systems. We have learned how to work with popular education, always seeking coherence in our actions, dialoguing and building together with the community, seeking to improve agroecology, inside and outside of the university.

**Keywords:** Self-Management, Collective Actions, Participatory Methodologies, Gender.

<sup>1</sup> Acadêmico(a) da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

<sup>2</sup> Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas (PPGA/UFSC)

<sup>3</sup> Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFPEL)

<sup>4</sup> Programa de Pós Graduação em Saúde e Comportamento (PPGSC/UCPEL)

<sup>5</sup> euofabricio@gmail.com

<sup>6</sup> isaescosteguy@gmail.com

<sup>7</sup> herkuuu@gmail.com

<sup>8</sup> cassiamartinsferreira@gmail.com

<sup>9</sup> santingiovana@gmail.com

<sup>10</sup> abiologianaturalviva@gmail.com

<sup>11</sup> betinabertonia@gmail.com

<sup>12</sup> ntpioner@gmail.com

<sup>13</sup> amaldozikk@gmail.com

<sup>14</sup> lorenzopaz1997@hotmail.com

<sup>15</sup> brunobsdp@hotmail.com

<sup>16</sup> bertha.bock@gmail.com

<sup>17</sup> cicerobdc@hotmail.com

<sup>18</sup> mrl.cg@hotmail.com

**Recebido em:**

15/08/2017

**Aceito para publicação em:**

04/05/2018

**Correspondência para:**

isaescosteguy@gmail.com

## Introdução

O Grupo de Agricultura Ecológica da Universidade Federal de Pelotas (GAE- PEL), assim batizado em 1993, nasceu da necessidade e aposta no potencial da organização de estudantes da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) em contrapor o enfoque de ensino da Universidade, tecnicista, acrítico e descolado das dimensões sociais e ambientais do mundo rural, que visava apenas à formação de difusores do pacote tecnológico oriundo da revolução verde. Até hoje, a formação em Agronomia nas faculdades públicas do Brasil continua com esse enfoque.

Embora não existam muitos registros escritos, sabemos, por relatos orais, que a formação e trajetória do GAE-PEL foram marcadas pela proximidade ao movimento político estudantil, em especial, na participação em lutas conjuntas com o Diretório Acadêmico Nunes Vieira (DANV) e com as entidades representativas dos estudantes de agronomia da FAEM. Registro deste período encontra-se no adesivo que marcou o início da campanha de Educação Ambiental pela proteção do banhado do Pontal da Barra, em Pelotas/RS, na década de 1990, elaborada por diversas organizações de proteção ambiental, incluindo o GAEPEL e o DANV (Figura 1).



**Figura 1.** Adesivo que marcou o início da campanha de Educação Ambiental pela proteção do banhado do Pontal da Barra, em Pelotas/RS, na década de 1990, organizada por várias entidades do movimento estudantil e pelo Grupo de Agricultura Ecológica (GAE).

Durante este período, o GAE era parte de uma rede de movimentos e atores sociais, denominado movimento da agricultura alternativa, o qual expressava as diversas críticas às implicações sociais, econômicas e ambientais do processo de industrialização do campo e de modernização das práticas agrícolas adotadas em meados da década de 1950 no país (PADULA et al., 2013). Assim como nos tempos atuais, os grupos estudantis universitários representavam uma importante trincheira de resistência e de formação de profissionais diferenciados, dispostos a atuar para a promoção de uma nova visão de agricultura.

Foi por meio do intercâmbio com as organizações do movimento agroecológico latino-americano que o termo agroecologia passou a ser inserido no debate nacional (PADULA et al., 2013), dando origem, no princípio da década de 1990, ao movimento da agroecologia no Brasil como o entendemos hoje. O GAE-PEL, em seu curso de construção permanente, sofreu as mudanças de denominação e significação que os diversos matizes da agricultura alternativa assumiram, passando, em meados dos anos 2000, a assumir o nome de Grupo de Agroecologia da UFPEL (GAE-UFPEL), como é registrado nos trabalhos de Brolese et al. (2007) e Cruz et al. (2009).

No GAE, atuamos pelas práticas e debates fundamentados na agroecologia, prezando pela troca de conhecimentos e experiências de forma horizontal, dentro e fora da comunidade acadêmica, priorizando o contato com a agricultura familiar, cooperativas ecológicas locais, movimentos sociais, escolas do ensino básico e outros grupos de agroecologia. Desenvolvemos e construímos nossa identidade a partir do referencial da Educação Popular, com vistas a compreender os ensinamentos da Práxis Libertadora de Freire (1987), na qual, de acordo com o autor, o sistema dominador e opressor nega as atividades desenvolvidas pelos sujeitos das classes populares postos à margem da sociedade do capitalismo. Dessa forma, os saberes populares são excluídos do conhecimento historicamente produzido pela sociedade científica, negando a práxis libertadora e o processo dialógico alertado por Freire (1987), em que ninguém educa ninguém e, tampouco, se educa sozinho. O educador e o povo se educam por intermédio do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta no qual estão inseridos em sua realidade concreta.

Freire nos mostra, então, a importância de se construir uma educação popular a partir do conhecimento do povo e com o povo, promovendo uma leitura da realidade pela dialogicidade, a partir da visão de mundo do sujeito oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitua nas relações do sujeito histórico e socialmente imerso em sua realidade. É nessa perspectiva dialética que o GAE vem se construindo.

Ao longo dos anos, o reconhecimento da agroecologia como prática, movimento e ciência transdisciplinar aproximou muitos atores, estudantes de diferentes áreas do conhecimento que, além da organização coletiva, mantém a área didático-experimental do grupo que possui cerca de um ha e situa-se no Câmpus Capão do Leão da UFPEL. A área possui um Sistema Agroflorestal (SAF), viveiro de mudas e área de convivência.

O eixo central da atividade do GAE são reuniões semanais de planejamento, quando são debatidas, de forma horizontal, todas as demandas do grupo. O GAE procura exercitar a autogestão, compreendida como a gestão compartilhada de um empreendimento coletivo (SANTOS e MARTINS, 2011). De natureza democrática quanto aos processos de tomada de decisão, a autogestão é promovida o exercício do poder compartilhado, qualificando as relações sociais de cooperação entre as pessoas envolvidas (ALBUQUERQUE, 2003). Em um ambiente universitário, onde a autonomia estudantil não é concebida como uma prática educativa, para nós, esse exercício que garante a autonomia do coletivo, se faz transformador. A partir de deliberações coletivas, organizamos Grupos de Trabalho (GTs) por afinidades de seus componentes entre si e com os temas, com o objetivo de atender às demandas do GAE. Os GTs que, atualmente, possuem maior atuação são Práticas Agroecológicas, Extensão, Estudos e Mulheres. O GT Práticas Agroecológicas possui a função de planejar e propor alternativas de manejo do SAF, realizados a partir de mutirões abertos e periódicos. O GT Extensão possui a função de planejar e viabilizar a produção de mudas; enquanto o GT Estudos organiza rodas de conversas para debater temas que envolvem a agroecologia e a sociedade; já o GT Mulheres pauta a luta das mulheres como estudantes e construtoras da agroecologia, contra as imposições machistas e opressoras do regime social em que vivemos.

Apesar de o GAE estar em atividade desde a década de 90, é sabido que sua história é marcada por uma participação estudantil que oscila, às vezes com mais, às vezes com menos componentes. Toda sua história é importante, mas na presente narrativa, tomamos como marco inicial a deflagração do movimento “Agrofloresta para quem nela estuda”, que ocorreu em setembro de 2014, período no qual não éramos, ainda, um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e não havíamos submetido projetos aos editais de apoio aos NEAs. Isso criou problemas financeiros que foram superados, de alguma forma, por meio de campanhas com bancas de comercialização de mudas produzidas no viveiro e café nos espaços da Universidade. Nesses momentos, oportunizou-se, também, o diálogo com a comunidade acadêmica, a promoção da cultura por meio da música e a agitação das bandeiras da agroecologia. Tais recursos foram utilizados para adquirir ferramentas, sementes e outros insumos. Outra forma de buscar apoio financeiro, foi a participação em editais específicos de apoio às atividades discentes da UFPEL, que possibilitaram a utilização de transporte para os mutirões nas propriedades dos(as) agricultores(as).

Apesar de todas as limitações impostas pela falta de financiamento para as bolsas, aquisição de ferramentas de qualidade para o trabalho, insumos e expansão dos mutirões, persistimos organizados e

atuantes, conscientes de que fazemos parte do movimento local da agroecologia, o qual, historicamente formado por agricultores, associações, cooperativas, organizações não governamentais, extensionistas e professores, que tornaram a região um polo da agroecologia. Entretanto sabemos que, apesar das vitórias, temos muito a avançar, dentro e fora da Universidade.

## Ser e construir o GAE

A expansão do acesso à Universidade pública do país nos últimos 10 anos, fez com que o perfil de estudantes mudasse. Tal mudança traz consigo novas referências, novos pensamentos e expressões da sociedade que antes estavam, majoritariamente, ausentes do interior da academia. Contudo, as velhas estruturas de ensino aprendizagem e de convívio social seguem sendo as mesmas dos tempos da ditadura militar no Brasil.

Na chegada à universidade, somos imersos em um sistema automatizado de reprodução dos conhecimentos, no qual, é de vontade e intenção de muitos de nossos educadores nos moldarem às formas conservadoras de aprendizado e formação. Essa educação é considerada, por Freire (1987), como bancária e tradicional, que sufoca a juventude e seu potencial de transformação social. Portanto, o GAE é um lugar de acolhimento para a inquietude da juventude que questiona este sistema, transformando-nos em sujeito histórico na construção do pensamento agroecológico dentro da Instituição.

Sistematizamos a experiência do GAE ao longo dos últimos três anos, com o objetivo de resgatar nossas experiências vividas coletivamente e analisá-las de forma reflexiva, apontando suas potencialidades e limitações. Embora não sejamos um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), fomos convidados a participar das “Oficinas de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia” do Projeto de sistematização dos NEAs, protagonizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), durante as quais pudemos participar e vivenciar a metodologia de sistematização.

Para sistematizar nossa experiência, durante o primeiro semestre de 2017, realizamos encontros orientados pelos passos sugeridos pela Matriz de Sistematização e apresentados no Caderno de Apoio, do Projeto de Sistematização. Organizamos rodas de conversa e utilizamos as metodologias participativas aprendidas nas oficinas e facilitadas pela equipe mediadora.

Concentramos nosso esforço e sistematização nos três últimos anos da experiência, que compreendem o atual ciclo de estudantes do GAE, iniciado no ano de 2014. Inicialmente, em uma roda de conversa, utilizamos a metodologia denominada chuva de ideias, com o objetivo de criar uma imagem coletiva da experiência vivida no GAE, a partir de diferentes olhares. A partir desse momento, efetuamos uma síntese classificando os relatos em temas, que formaram os eixos para a sistematização, quais sejam, processos educativos, parcerias e atores, juventudes e gênero.

Em um segundo momento, a equipe mediadora facilitou uma reunião utilizando o Mate com Prosa (ou café mundial, como conhecido por alguns), uma metodologia participativa de estímulo ao diálogo em grupos que possibilita, pela troca de ideias, a emergência de um saber coletivo (BIAZOTI et al., 2017).

O diálogo em pequenos grupos se deu em torno dos eixos, indicados no centro de uma mesa. Foram formados quatro grupos que dialogaram por um período de 20 minutos sobre cada eixo. Após este intervalo, os grupos passavam para o próximo, mantendo um(a) integrante como facilitador(a) do eixo, responsável por acolher e apresentar as anotações feitas na cartolina, dando continuidade ao diálogo. Após a quarta rodada os facilitadores compartilharam a síntese do que fora discutido em sua mesa.

Os processos de sistematização desencadearam memórias, afetos e aprendizados individuais que, à luz das metodologias, passaram a ser coletivos. Dando voz a todos os membros do grupo, observamos um profundo processo de empoderamento de cada participante. Ao enxergar e dialogar sobre o que foi feito, nos apropriamos de cada processo vivido, despertando e construindo, assim, uma

identidade comum, a qual fortaleceu nossas bandeiras de luta pela agroecologia, educação popular e equidade de gênero. Desse modo, a sistematização foi um instrumento transformador de coesão e integração para o GAE.

O papel da equipe mediadora, após os encontros, foi de interpretar as sínteses dos diálogos e organizar os textos que orientaram a elaboração da narrativa de sistematização do GAE.

A seguir, apresentamos a narrativa da sistematização com os principais marcos históricos da experiência: i) a Campanha “Agrofloresta pra quem nela estuda”, em 2014; ii) início dos mutirões agroecológicos, em 2015; iii) secagem de erva-mate pelo método tradicional da carijada na família Schiavon, a formação do Grupo de Mulheres feminista do GAE e os mutirões na família das agricultoras Giovana e Nádia, em 2016; e iv) os Mutirões na Família Vaz Lima e construção do II Encontro Regional dos Grupos de Agroecologia (II ERGA-SUL), em 2017.

### Campanha “agrofloresta para quem nela estuda”

Em 2014 ocorreu o grande movimento em defesa da manutenção da área de práticas do GAE, que se transformou em um marco em sua história. Havia a possibilidade de construção pela Universidade de um prédio na área do GAE, que havia sido construída coletivamente. A ameaça ocorreu porque não era e não é um NEA (Núcleo de Estudos em Agroecologia), ou outro tipo de Núcleo, nem mesmo um Departamento da Universidade. A institucionalização do NEA ou, até mesmo, o registro da área como parte integrante de um projeto de extensão, poderia ter evitado a ameaça.

Neste ano, com a saída de muitos membros, as atividades do GAE eram discretas e invisibilizadas na comunidade acadêmica, o que, aliado à ausência de empatia por projetos de extensão, especialmente aqueles coordenados por estudantes, fez com que o conjunto de professores diretores de cursos, em conjunto com o setor de planejamento do câmpus, apontasse a área de práticas do GAE como espaço ocioso. Um destes professores nos informou e imediatamente convocamos um movimento pela manutenção da área, o que reuniu estudantes identificados com o GAE, antigos membros e professores sensíveis à agroecologia. Assim, uma campanha na rede social foi iniciada por meio de imagens antigas e atuais da área com as inscrições “Agrofloresta para quem nela estuda” (Figura 2 A e B).



**Figura 2.** Área de estudos e práticas do Grupo de Agroecologia da UFPEL (GAE), em 2011, com adubação verde de inverno (A) e, em 2012, viveiro de mudas (B). Fotos utilizadas em 2014 no Movimento Agrofloresta pra quem nela estuda, em defesa da área do GAE.

O movimento, também, organizou atividades de denúncia em frente ao Restaurante Universitário do câmpus e ao prédio da reitoria, colheu assinaturas em um abaixo assinado, bem como denunciou ao Ministério Público, o qual pressionou a reitoria da Universidade, o que levou à reavaliação da escolha do local para construção do prédio.

Embora nosso objetivo de impedimento da construção tenha sido alcançado, nossa maior vitória foi fortalecer a união entre os estudantes que frequentavam a área e se identificavam com a trajetória

ria do Grupo, além de renovar o sentimento de pertencimento ao GAE. A partir daí, ficou claro que as nossas atividades não poderiam cessar, mas, ao contrário, requeriam cada vez mais empenho, planejamento e objetivos bem definidos, para que a voz crítica da agroecologia e por uma educação emancipadora não diminuísse até a inexistência.

Iniciamos, então, uma campanha de aproximação de estudantes de diversos cursos da UFPEL, pois são os estudantes os verdadeiros atores na construção do GAE (figura 3 A). Nesta nova fase, começamos a resgatar, também, uma rede de parceiros, dentre elas a Associação Regional de Produtores agroecologistas da região Sul (ARPA-SUL) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA, Figura 3 B), professores(as) do departamento de Botânica do Instituto de Biologia da UFPEL, Embrapa Clima Temperado, trabalhadores terceirizados do câmpus e a escola municipal de ensino básico Cassiano do Nascimento.



**Figura 3.** Mutirão, em 2014, na área do GAE com estudantes de diversos cursos da UFPEL e do curso de agroecologia da FURG São Lourenço do Sul (A). Participação, em 2016, na Semana do Alimento Orgânico em parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) (B).

### Mutirões agroecológicos em propriedades da agricultura familiar

Uma das maiores conquistas do GAE nos últimos anos, foi a consolidação dos mutirões agroecológicos em propriedades de famílias agricultoras da região de Pelotas. Inicialmente, os mutirões vieram para suprir uma deficiência dos cursos de Ciências Agrárias e Naturais, da UFPEL, que é a falta de atividades de campo e o desinteresse por parte da Universidade por momentos de troca dialógica com as mulheres e homens do campo. Quando há alguma atividade de campo, muitos professores e estudantes assumem uma postura de superioridade em relação ao saber e viver dos(as) agricultores(as). Reproduzem, na grande maioria dos casos, o modelo difusionista de extensão rural, quando, como afirma Santos (2006), o extensionista é entendido como o detentor do saber e o agricultor um mero receptor desse conhecimento. Esse traço é incrivelmente presente no dia a dia universitário, ficando ainda mais evidente quando na agricultura de base ecológica, ou da agroecologia, que é subjugada mesmo em sala de aula, onde o debate de ideias, por vezes, não ocorre e quando ocorre, as ideias daqueles que desqualificam a agroecologia prevalecem.

Com o decorrer do tempo, pelo acúmulo e intensidade de cada vivência, passamos a incorporar a narrativa de que, com os mutirões, mais do que criar alternativas às limitações da Universidade, de fato estávamos fazendo algo novo, que em nada se compara com o praticado cotidianamente pela Universidade, que precisa de uma avaliação séria e comprometida, sem a qual tudo permanecerá inalterado. Passamos a compreender os mutirões com as(os) agricultoras(es) de base ecológica como um momento transformador, em que é vivenciada a agroecologia em sua essência e na prática.

Nos mutirões, a interação e a troca de saberes entre as(os) agricultoras(es) e os estudantes, permitem uma compreensão mais profunda sobre a vida no meio rural e as dinâmicas sociais e produtivas dos agroecossistemas. Nas relações e ações, é vivenciada a lógica da reciprocidade

camponesa, predominante nas antigas civilizações, mas ainda presente nas sociedades contemporâneas. De acordo com Sabourin (2011), a reciprocidade está fundamentada em uma tríplice ação “dar, receber e retribuir”. Os mutirões promovem a reciprocidade, o diálogo de saberes e o intercâmbio de experiências que rompem totalmente com a lógica hegemônica da academia, em que os saberes tradicionais das famílias agricultoras são ignorados. Neles, a auto entrega e a doação para o trabalho em contato com a natureza provocam inúmeras mudanças na construção da subjetividade dos estudantes. Amplia-se, com isso, a visão para o desenvolvimento de ações que prezem pela valorização da cultura e identidades, muitas vezes negligenciadas e esquecidas pelo saber científico. Por meio de práticas participativas, os atores - estudantes e agricultores(as) - criam laços de confiança, priorizando o diálogo e troca de saberes. Dessa forma, ocorre o intercâmbio do conhecimento (BRANDÃO, 1999; PETERSEN e ROMANO, 1999).

Em nossa prática, os mutirões representam a resistência estudantil para a construção de um movimento agroecológico horizontal, junto com as comunidades rurais em seus territórios, pois neles executamos tarefas demandadas pelas famílias, sempre lado a lado com as(os) agricultoras(es), efetuando trabalhos que, quando não em grupo, tornam-se onerosos fisicamente e, muitas vezes, impossibilitados por falta de tempo.

Em 2015, realizamos diversos mutirões na família Klug (Cerrito, 7º distrito de Pelotas) (Figura 4 A), a qual é constituída por um casal acima de 60 anos de produtores de hortaliças, associados a uma das cooperativas de produtos ecológicos de Pelotas. Com eles, pudemos conviver com as dificuldades que o tempo e as tarefas cotidianas impõem à mulher e ao homem rural, a exemplo das dificuldades em manejar grandes áreas, o que levou o casal a optar pelo cultivo de hortaliças em estufa e à criação de animais ao redor de casa para consumo próprio. O principal momento de trabalho foi o preparo de uma gleba para o plantio de batata-inglesa, cenoura e melancia. Para muitos de nós aquele era o primeiro momento de proximidade com uma família rural e abriu possibilidades para conhecer mais profundamente o que envolve suas atividades.

Em 2016, intensificamos a periodicidade dos mutirões a partir da parceria entre o GAE, Embrapa Clima Temperado e ARPA-SUL. Na família Jung (Colônia Maciel, 8º distrito de Pelotas) organizamos um mutirão de capina de pomar de pessegueiro (Figura 4B). Na família Schiavon (Colônia São Manoel, 8º distrito) realizamos um grande mutirão de dois dias, quando implantamos uma unidade de SAF e efetuamos a secagem de erva-mate pelo método tradicional do Carijo (Figura 5). Nesse mutirão participaram cerca de 70 estudantes, integrantes do GAE e dos parceiros Grupo Viveiros Comunitários (GVC) e Uma Visão Agronômica com Ideal Agroecológico (UVAIA), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



**Figura 4.** Mutirão, em 2015, na propriedade da família Klug, em Cerrito, 7º distrito de Pelotas (A) e, em 2016, mutirão na propriedade da família Jung, na Colônia Maciel, 8º distrito de Pelotas (B).



**Figura 5.** Secagem de erva-mate, em 2016, utilizando o método do Carijo na propriedade da família Schiavon, Colônia São Manoel, 8º distrito de Pelotas.

Este foi um momento marcante, muito presente na memória de todas(os) que vivenciaram o que foi um encontro entre juventude e agricultores(as) em torno do resgate do processo de fabricação artesanal de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St-Hil.), pelo método tradicional do Carijo. Esse método é antigo e herança dos povos indígenas das bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, como os Guarani e Kaigangs, que ainda resiste na América do Sul. Entretanto, desde a década de 1960, o método do Carijo tem sido abandonado, o que pode ser atribuído, principalmente, à modernização da agricultura e industrialização da cadeia produtiva da erva-mate (LUZ, 2011). As práticas tradicionais representam a resistência das(os) agricultoras(es) familiares frente à agricultura moderna, empresarial e capitalista, portanto, resgatá-las torna-se um processo importante para o fortalecimento da luta pela agroecologia.

O mutirão foi um momento privilegiado para o processo dialógico de troca de saberes e de resgate da memória. Para as(os) agricultoras(es) anfitriões e alguns que visitaram a propriedade durante a noite e dia em que se deu a colheita e secagem da erva mate, o resgate do Carijo representou dar vida a uma memória da infância nunca antes revivida. Para outros, o mutirão transformou em realidade uma história contada por pais e avós, sobre seus hábitos de vida do passado. Para nós, estudantes, o mutirão foi uma novidade para muitos e para outros o fortalecimento de um processo apreendido em outros encontros que, também, propunham o resgate das práticas tradicionais das(os) agricultoras(es) familiares.

Tais mutirões são considerados marcos no ciclo atual do GAE, pois propiciam lições e aprendizados importantes para a construção da agroecologia em rede, ao agregarem atores diferentes, como estudantes, pesquisadores e agricultores de instituições diferentes. Os mutirões apenas são possíveis graças ao comprometimento de todos os atores e instituições envolvidas. O mutirão do Carijo foi concebido e planejado com um Pesquisador da Embrapa, parceiro do GAE especialmente na implantação de sistemas agroflorestais. Essa parceria contribuiu, ainda, para garantir o transporte e os certificados para os participantes. Nessa ocasião, também, o programa Terra Sul, vinculado à Embrapa Clima Temperado e ao escritório regional de Pelotas/RS da Emater/RS-Ascar, produziu um vídeo relatando com detalhes o mutirão, o qual pode ser acessado no canal do Terra Sul (<https://www.youtube.com/watch?v=dPAb6qRdnDo&t=29s>).

Ainda em 2016, começamos o processo de implantação de um SAF na família de duas jovens agricultoras, uma estudante de agronomia da UFPEL e integrante do GAE, em Canguçu, cerca de 50 km de Pelotas (Figura 6A). Os mutirões desencadearam um processo de transformação da estudante, no que se refere à relação com a terra, com a mãe e de ambas com a produção. A prática agroflorestal e as possibilidades de mudança demonstradas pela juventude, possibilitaram um princípio de transição da produção da cultura do tabaco para uma agricultura mais diversificada, potencializada pelo sistema agroflorestal.

A implantação do SAF possibilitou o estreitamento dos laços entre o GAE e a família. Sentimos parte do processo de mudança e demos um salto na compreensão do nosso papel como agente histórico capaz de transformar a realidade, mesmo que tão problemática e latente, como a produção

do tabaco, realizada, basicamente, pela agricultura familiar (IBGE, 2006) e cuja dependência e males conhecidamente assolam a região de Canguçu, um dos maiores municípios produtores de tabaco do Rio Grande do Sul, o estado que concentra a maior produção nacional (SINDITABACO, 2014). Apesar de vantagens financeiras, o trabalho com o tabaco é árduo e penoso, exige muita mão de obra, requer dedicação durante todo o ciclo produtivo e utiliza agrotóxicos de forma intensiva, o que causa danos à saúde dos agricultores e de suas famílias e ao ecossistema contaminando o solo, água e ar (BONATO, 2007). A produção do tabaco é integrada, verticalmente, às agroindústrias, a partir dos pressupostos da revolução verde, ou seja, a partir de assistência técnica difusionista e do uso de pacotes tecnológicos, o que leva à perda de autonomia das(os) agricultoras(es).

Em 2017, iniciamos uma parceria com a família Vaz Lima, residentes da Colônia Santo Amor, Morro Redondo/RS, cidade vizinha a Pelotas, distante 36 km do centro. O processo de realização dos mutirões foi, novamente, liderado por jovens, dessa vez, em parceria com jovens rurais que buscavam a permanência no campo, por meio da transição agroecológica. Já realizamos mais de seis mutirões, também com a ênfase no SAF, fazendo trabalhos desde o planejamento e implantação, até a manutenção do sistema (Figuras 6B).

Os mutirões têm nos possibilitado uma rica avaliação reflexiva, únicas na formação de todos, pois propiciam o nosso desenvolvimento coletivo e individual, bem como ressignificam o papel da atividade extensionista. Nas rodas de conversas, podemos observar nos membros mais velhos da família (os pais), mudanças significativas em suas percepções sobre o papel da juventude nos processos de transformação da realidade, sobre a identidade deles com o campo e no potencial que seus conhecimentos ancestrais têm para a mudança necessária, e percebida por eles, no padrão hegemônico de agricultura, que passou a predominar na região após a década de 1970.



**Figura 6.** Mutirão de implantação de SAF, em 2016, na propriedade da família de uma estudante (em vermelho) participante do GAE. De preto a mãe da estudante. Canguçu, RS (A) e mutirão de implantação de SAF, em 2017, na propriedade da família Vaz Lima, Colônia Santo Amor, Morro Redondo, RS – Capina coletiva (B).

### Sem feminismo não há agroecologia

Nós do GT Manas do GAE utilizamos no subtítulo o slogan “sem feminismo não há agroecologia”, cunhado no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia de Porto Alegre e reforçado no III Encontro Nacional de Agroecologia (SILIPRANDI, 2015), pois entendemos o movimento de luta e transformação feminista como um ato unificado, por isso, temos como grande inspiração as Manas do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e de Gênero da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Nossa visão em pautar a luta pela construção de um movimento feminista, camponês e popular, vai ao encontro da agroecologia em sua essência, pois, assumir-se feminista no contexto da agroecologia, é iniciar um processo de transformação profunda nas bases da sociedade patriarcal em que vivemos. Solidarizamos-nos com a realidade das mulheres rurais que sofrem a desvalorização e invisibilização de seu trabalho no campo, além de vivenciarem inúmeras formas de opressão e violência doméstica.

Defendemos a emancipação dessas trabalhadoras, valorizando seu conhecimento tradicional, ampliando a nossa compreensão sobre a agroecologia como modo de vida capaz de promover o protagonismo dessas e de todas nós mulheres, por meio da conquista pela autonomia, tanto nas esferas socioculturais quanto nas dinâmicas produtivas (Figura 7A).

O empoderamento por intermédio do movimento autogestionado é um desafio para todas nós universitárias, que convivemos grande parte dos nossos dias no interior de instituições extremamente machistas e conservadoras. Por isso, entendemos a importância de construir relações de gênero mais igualitárias dentro e fora do espaço da Universidade. O Grupo de Manas do GAE, objetiva promover, cada vez mais, uma aproximação e diálogo horizontal com as mulheres da cidade e do campo, criando laços de reciprocidade e construindo, de forma conjunta, um movimento agroecológico feminista e popular (Figura 7 B).

O GT Manas do GAE realiza reuniões semanais reservadas às mulheres, onde juntas debatemos sobre as problemáticas de gênero vividas tanto dentro do campus universitário quanto no grupo onde estamos inseridas, de forma a transformar estes espaços em locais igualitários. Nossa união e estudos sobre os processos feministas, inspiraram o empoderamento de outras Manas e transformaram nossa relação com o GAE, nos dando autonomia para exercer as práticas de manejo dos SAFs de forma horizontal junto ao grupo, assim como deu visibilidade às mulheres, fortaleceu a voz feminina e contribuiu para aumentar a percepção da questão de gênero no GAE. Esse fortalecimento foi sendo feito em cada atividade, reunião, mutirão e debates, mantendo sempre o feminismo em pauta.

Associar o feminismo a todas as atividades do GAE, faz com que mais pessoas se agreguem ao movimento, por sentirem-se acolhidas. Não há como pensar em agroecologia, reforma agrária e desigualdades sociais sem pensar na equidade de gênero e sem pensar nas origens da agricultura, assim como na relação da mulher com a terra e das transformações em relação às questões de gênero que ainda são necessárias nos territórios, acadêmicos ou não, nos quais se constrói a agroecologia.



**Figura 7.** O protagonismo das mulheres por meio da conquista de autonomia, tanto nas esferas socioculturais, quanto nas dinâmicas produtivas, representado por uma das mulheres do Grupo de Agroecologia (GAE), que dirige o trator de sua mãe em Canguçu, RS (A); e as mulheres do Pré Encontro Regional de Grupos de Agroecologia realizado, em 2016, na área do GAE (B).

### Parcerias e atores

No cenário corrente da agroecologia, um dos primeiros passos em direção à consolidação do ciclo atual do GAE foi, ao final de 2014 e início de 2015, definir, como tarefa central, retomar e estreitar os laços com os atores e instituições que promovem a agroecologia na região, se fortalecendo e fortalecendo a rede histórica de atores e instituições comprometidas com a promoção da agroecologia na região.

A partir da inquietação sobre que tipo de projetos poderíamos construir, definimos que o caminho mais acertado seria o da extensão. Para isso, foi necessário romper com as instâncias engessadas da Universidade e buscar, na prática, o contato com os(as) agricultores(as), escolas de ensino básico, extensionistas, outras instituições de ensino, pesquisa e ONGs. Dentre os parceiros, destacamos Embrapa Clima Temperado, com o apoio técnico e metodológico; os(as) agricultores(as) da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-Sul), por estarem sempre de

“portei­ras abertas” para quem quiser conhecer suas propriedades e pelo carinho recíproco nos momentos de diálogo; o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), em sua ação extensionista, em especial, na construção anual da semana do alimento orgânico de Pelotas e o apoio de poucas, mas fiéis, professoras da Universidade, que compreendem a importância da autonomia estudantil e contribuem com orientações, pedidos e acompanhamentos de transporte institucional, com as práticas e com o grupo de estudos.

Outra parceria importante para o GAE, é a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA), da qual fazemos parte. A REGA visa articular as diversas faces da juventude agroecológica, com intuito de promover a agroecologia sob um viés autogestionário, autônomo e emancipatório. Estamos articulados na regional Sul da rede (REGA-SUL), que conecta as experiências dos grupos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Comemoramos as diversas atividades que promoveram conhecimento de realidades distintas, intercâmbios de saberes e reflexões, que ajudaram a situar cada indivíduo em uma teia de atores com a mesma missão de promover a agroecologia em detrimento da agricultura atualmente hegemônica.

Somos parceiros, também, dos Grupos de Agroecologia das universidades da região, como o Coletivo Lourenciano, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Câmpus São Lourenço do Sul; os grupos UVAIA e GVC da UFRGS o Coletivo GAIA, do Câmpus Visconde da Graça do Instituto Federal-Sul Pelotas (IF-SUL), bem como as(os) parceiras(os) organizadas(os) em Florianópolis/SC, anfitriões do I Encontro Regional dos Grupos de Agroecologia da Região Sul, realizado em maio de 2016, e as(os) organizadas(os) em Matinhos/PR. Ainda, a Escola Família Agrícola (EFA) de Canguçu, além dos movimentos sociais envolvidos nesta construção. Nessa parceria contamos, ainda, com a presença muito importante de estudantes de diversos cursos que compõem o GAE, formado por pessoas de diversos locais, culturas, vivências e diferentes visões, que garantem a diversidade necessária para a construção da agroecologia.

Procuramos, constantemente, atrair novas pessoas que possam contribuir com o Grupo, perceber que os caminhos para a formação são vários e que não se limitam aos oferecidos pela tradição acadêmica. Buscamos formar novos membros ativos que, identificadas(os) com a proposta do GAE, tornem-se seus protagonistas para que possam contribuir na construção da agroecologia dentro e fora dos muros da Universidade. A aproximação de novos membros tem sido um dos desafios do GAE, que deve ser enfrentado por meio da criação de espaços de diálogo e protagonismo dentro do Grupo, bem como a criatividade para comunicar nosso caminhar.

### Considerações finais

Os princípios que orientam as relações, os processos e ações desenvolvidas pelo GAE, e que são imprescindíveis para pensar o novo, são a autogestão, a sustentabilidade, o desenvolvimento social, o respeito à agricultura familiar e camponesa, a interdisciplinaridade, a horizontalidade, a valorização do conhecimento popular, o pensamento crítico, a amizade, o respeito, o diálogo e o amor pela natureza. Para que esses princípios possam ser seguidos, a construção em rede com as(os) parceiras(os) é fundamental e deve ser fruto de planejamento estratégico, concretizado pelo trabalho, que foi intenso nos últimos três anos.

O protagonismo das mulheres é um dos grandes trunfos dos últimos anos, pois fortaleceu a luta para quebrar a lógica patriarcal muito presente no campo da agricultura. O GAE tem se tornado uma importante ferramenta de luta contra o machismo impregnado na sociedade e amplamente reproduzido nos espaços universitário. O GT Manas, com suas especificidades, consolidou-se no GAE a partir de suas atividades, das tomadas de decisões, do planejamento, assim como da execução dos trabalhos coletivos e tornou o GAE mais igualitário.

Por meio das vivências dos mutirões agroecológicos, ficou claro para os participantes que o poder de resistência dentro do contexto atual e de transformação da sociedade pela transição agroecológica está, também, nas mãos da juventude. Desenvolvemos relação dialética por intermédio da constante ação e reflexão da nossa prática. Buscamos avaliar cada diálogo e retirar lições dos

momentos vividos. Observar agindo e agir observando são utilizados como motes de ação para os mutirões agroecológicos desenvolvidos pelo GAE. Assim, ao resgatar essa prática ancestral das comunidades rurais, quebramos o estigma das saídas de campo tradicionais, quando ocorrem, realizadas no ensino de ciências agrárias e naturais.

A continuação do GAE como ferramenta política dos estudantes para o enfrentamento à visão alienadora de agricultura na Universidade e promoção da agroecologia na região é uma necessidade fundamental. Criar meios para romper com o reconhecido ciclo de altos e baixos de participação mostra-se, portanto, como o principal desafio para o grupo. O processo de sistematização da nossa experiência, desencadeado pelo aumento de abrangência de nossa rede, oportunizando-nos o contato com o projeto de Sistematização dos NEAs, veio ao encontro desta tarefa, pois possibilitou um olhar crítico e abrangente da nossa experiência vivida, retirando-lhe, por meio do diálogo, as lições apreendidas, registrando-as para seguir no constante processo de mudança, que deve seguir impulsionando o caráter transformador de nossas ações.

## Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestión. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **La otra economia**. Porto Alegre: Veraz Ltda, 2003. p. 39-46. Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/Laotraeconomia.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- BIAZOTI, A. et al. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.84 p. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/d630d9ab58ff88e3b2b3ae1b63e95fed.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.
- BONATO, A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=109](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109)>. Acesso em 20 de out. de 2017.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.p.252.
- BROLESE, L. G. et al. O Grupo de Agroecologia (GAE-UFPel): Interagindo Com a Sociedade Urbana. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2007, Guarapari. **Anais...** Revista Brasileira de Agroecologia, 2007. p. 445 - 449. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/7256>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- CRUZ, P. P. et al. III Encontro de Práticas e Debates em Agricultura Sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Curitiba, v. 4, n. 2, p.1870-1872, nov. 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/4073/3136>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LUZ, M. **Carijos e Barbaquás no Rio Grande do Sul: Resistência Camponesa e a Conservação Ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate**. 2011. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- PADULA, J. et al. Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Ed.). **Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. Cap. 1. p. 39-72.
- PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999. 144p.
- SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p.24-51, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/868/86819458003.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2017.
- SANTOS, F. P.; CHALUB-MARTINS, L. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p.469-483, abr. 2012. Trimestral.
- SANTOS, N. P. **Educação e extensão rural: um estudo dos diferentes métodos e técnicas utilizados pela Emater/rs**. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- SILIPRANDI, E. **MULHERES E AGROECOLOGIA: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora, 2015. 352 p.
- SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Tabaco da Região Sul do Brasil. **Quem são os maiores produtores de tabaco do Brasil?** Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/quem-sao-os-maiores-produtores-de-tabaco-do-brasil/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2017.